



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

GTOC/PGR N. 374321/2024

Petição n. 12.229/DF

Relator : Ministro Gilmar Mendes

Requerente : J.D.O.S.

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator

A Petição n. 12.229 foi autuada em 26.2.2024, para dar sequência a requerimento de José Dirceu de Oliveira e Silva.

A lide desponta dos autos do *Habeas Corpus* n. 164.493/PR, nos quais a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, em 23.3.2021, concedeu ordem em benefício de Luiz Inácio Lula da Silva, “*determinando a anulação de todos os atos decisórios praticados pelo magistrado [Sérgio Fernando Moro] no âmbito da Ação Penal n. 5046512-94.2016.4.04.7000/PR [Caso ‘Triplex do Guarujá’], incluindo os atos praticados na fase pré-processual*”. Ordem posterior, em 24.6.2021, “*estend[eu] a decisão (...) às demais Ações Penais conexas (5021365-32.2017.4.04.7000/PR – Caso ‘Sítio de Atibaia’ e 5063130-17.2016.4.04.7000/PR – Caso ‘Imóveis do Instituto Lula’), processadas pelo julgador declarado suspeito*”.

Em seu petitório, José Dirceu de Oliveira e Silva narra que o processo paradigma culminou na anulação de todos os atos decisórios praticados pelo ex-Juiz Federal Sérgio Fernando Moro em desfavor de Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito das três ações penais a que respondia perante a 13ª Vara Federal de Curitiba, dada a condução parcial dos feitos. Sintetiza a conclusão da Suprema Corte segundo a qual o magistrado ofendeu o princípio acusatório e atuou em conluio com procuradores da Operação Lava Jato para adotar estratégias judiciais e de exposição midiática com o objetivo de sentenciar o paciente, subtraindo-lhe direitos fundamentais e retirando-o do jogo eleitoral que se avizinhava. Defende que a condenação de Lula, objeto de invalidação pelo Supremo, somente se tornou possível a partir do envolvimento ativo e ilícito do juiz declarado excepto para reunir dados acusatórios.

Sob tais premissas, José Dirceu alega que suas duas condenações criminais, também subscritas por Sérgio Fernando Moro, inserem-se no relatado plano espúrio de retirada de Lula do cenário político, de modo a experimentarem semelhante quadro de ilegalidade. Argumenta que sobre elas alicerçaram-se as denúncias posteriormente formuladas contra Lula. Afirma que sua persecução penal serviu apenas como caminho necessário para atingir o então ex-Presidente. Relata a coação que se lhe infligia, direcionada à produção de provas contra o correligionário. Acrescenta, ainda, a fragilidade que entende

repousar sobre ambos os éditos que suporta, porquanto teriam sido elaborados mediante delações de corréus colaboradores desprovidas de elementos de corroboração, a confirmar que não dispõem de justa causa e serviram apenas ao propósito de construir ficta narrativa contra Lula.

Afinal, postula, com fundamento no art. 580 do Código de Processo Penal, a título de extensão do que foi decidido nos autos do *Habeas Corpus* n. 164.493/PR, que seja reconhecida “a suspeição do ex-magistrado Sérgio Fernando Moro nas ações penais n^o 5045241-84.2015.4.04.7000 e n^o 5030883-80.2016.4.04.7000/PR, movidas em [seu] desfavor (...) como meio para acusação e condenação de Luiz Inácio Lula da Silva, atual Presidente da República” (fl. 30).

Foi aberta vista dos autos à Procuradoria-Geral da República, em 20.3.2024.

- II -

O pedido de extensão de efeitos caracteriza expediente jurídico destinado a assegurar a igualdade de tratamento nas relações processuais, e pressupõe constatação objetiva de identidade fático-jurídica.

Para que um pedido de extensão seja viável, é de rigor que se demonstre a adstringência da postulação com o objeto do ato paradigma, o qual conforma os limites do pleito.

Estender uma decisão significa repetir a decisão para outra pessoa. Decerto que não se repete decisão para casos que não sejam iguais. Quando os pedidos são diferentes, não cabe repetir ou estender a decisão anterior. Em hipóteses assim, o interessado haverá de recorrer a outro meio para se bater pelo que entender ser o seu direito.

Se fosse de outro modo, o pedido de extensão se tornaria instrumento de supressão de instância e de concentração no Tribunal, com prevenção de relatoria, das mais variadas causas que se pudessem relacionar indiretamente com aquela específica em que a Suprema Corte já proferiu ordem.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica quanto a esse exato sentido lógico-jurídico. Para todo pleito de extensão deduzido por terceiros, relativamente a comando proferido pela Corte, cobra-se o que se chama de aderência estrita da situação jurídica do peticionário com o quadro definido pelas balizas subjetivas e objetivas da lide paradigma. Daí este acórdão:

AGRAVOS REGIMENTAIS NOS PEDIDOS DE EXTENSÃO NA RECLAMAÇÃO. ACESSO AO MATERIAL APREENDIDO PELA POLÍCIA FEDERAL EM PODER DE HACKERS NA OPERAÇÃO SPOOFING. PEDIDOS DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE IMPRESTABILIDADE DO ACORDO DE LENIÊNCIA DA ODEBRECHT COMO MEIO DE PROVA. COMANDOS DE NATUREZA INTER PARTES E SEM EFEITOS VINCULANTES. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE MATERIAL E DE ADERÊNCIA ESTRITA AOS PARADIGMAS

INDICADOS. JULGADOS QUE NÃO POSSUEM EFEITOS *ERGA OMNES*. REQUERENTES QUE NÃO FIGURAM NA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL PARADIGMA. AGRAVOS REGIMENTAIS AOS QUAIS SE NEGA PROVIMENTO. I – O deferimento de pedidos de extensão decorre, substancialmente, do disposto no art. 580 do Código de Processo Penal, sendo necessário, primeiro, que tenha havido concurso de agentes e, depois, que a eventual extensão da decisão que beneficia um dos réus não seja fundada em motivos de caráter exclusivamente pessoal. Assim tem entendido a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em casos análogos nestes mesmos autos. II – Não é cabível o manejo da reclamação constitucional – e, *mutatis mutandis*, de pedidos de extensão – para garantia da autoridade das decisões pretorianas proferidas em processos nos quais os postulantes não integraram a relação processual antecedente, quando delas decorram somente efeitos *inter partes*. III – Para que houvesse as extensões requeridas nestes autos seria preciso o ajuste, com exatidão e pertinência, entre a providência que se busca e o paradigma apontado pelos requerentes, o que somente é admitido quando há demonstração, por intermédio de prova documental inequívoca, de absoluta aderência entre o julgado invocado e as decisões recorridas, o que, respeitadas as alegações aduzidas, não é o caso na hipótese. IV – Daí por que não há falar em afronta aos paradigmas invocados, o que inviabiliza a utilização prematura ou preventiva deste pleito de extensão, que possui requisitos próprios de cabimento, somente quando observado o efetivo descumprimento ou inobservância das decisões judiciais ou súmulas vinculantes desta Suprema Corte. Não se pode ampliar o alcance dos efeitos implementados nestes autos, sob pena de transformar esta via em verdadeiro sucedâneo do recurso, formulando-se pretensões diretamente

perante o órgão máximo do Poder Judiciário. V –
Agravos regimentais aos quais se nega provimento¹
(sem grifos no original).

A necessidade da adstringência, portanto, é de imposição pelo Supremo Tribunal Federal, à qual o êxito do pedido de extensão é condicionado, mediante comprovação documental inequívoca.

Além disso, há contornos jurídicos também sob o prisma legal. O Código de Processo Penal (CPP), em seu art. 580, dispõe que “[n]o caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros”.

Depreendem-se, assim, dois específicos requisitos para o sucesso do pedido, que também podem ser compreendidos no contexto da adstringência. Um, positivo: a condição de corréu entre o requerente e o sujeito originariamente beneficiado pelo ato judicial cuja extensão se postula. Outro, negativo: a decisão judicial objeto de extensão não pode ser fundada em motivos de ordem exclusivamente pessoal.

Fixadas essas noções básicas, passa-se a demonstrar que os requisitos do pleito de extensão em análise com relação ao que decidido no *Habeas Corpus* n. 164.493/PR não estão atendidos, motivo para o seu indeferimento.

¹ Reclamação n. 43.007/PR-Extn-DécimaQuinta-AgR, rel. o Ministro Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe 25.1.2022.

A impetração paradigma, a que o pedido de extensão pretende se atrelar, foi deduzida em 5.11.2018, em benefício de Luiz Inácio Lula da Silva. O pedido de suspeição, com requerimento de anulação de atos decisórios, foi formulado para o paciente a partir dos seguintes argumentos:

(i) o deferimento da condução coercitiva do paciente e de familiares seus, ocorrida em 4.3.2016, sem que tenha havido prévia intimação para oitiva pela autoridade policial; (ii) a autorização para a interceptação de ramais telefônicos pertencentes ao paciente, familiares e advogados antes de adotadas outras medidas investigativas; (iii) a divulgação, no dia 16.3.2016, do conteúdo de áudios captados em decorrência das referidas interceptações telefônicas; (iv) o momento histórico em que tais provimentos jurisdicionais foram praticados, pontuando que “[A]s principais figuras públicas hostilizadas pelos apoiadores do impedimento eram a ex-Presidente Dilma e o Paciente”; (v) a condenação do paciente, reputada injusta pela defesa técnica, em sentença proferida no dia 12.7.2017; (vi) a atuação impeditiva ao cumprimento da ordem de soltura do paciente exarada pelo Desembargador Federal Rogério Favreto, no dia 8.7.2018, em decisão liminar proferida nos autos do HC 5025614-40.2018.4.04.0000; (vii) a aceitação do convite feito pelo Presidente da República eleito no pleito de 2018 para ocupar o cargo de Ministro da Justiça, a indicar que a sua atuação pretérita estaria voltada a tal desiderato².

² Relatório do Ministro Edson Fachin no *Habeas Corpus* n. 164.493/PR. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15346606406&ext=.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

As partes e os fundamentos fáticos são visivelmente distintos quando se contrasta a petição que deu origem ao *Habeas Corpus* n. 164.493/PR com o pedido de extensão sob exame.

É quanto basta para que se aplique aqui o magistério jurisprudencial de que, não havendo adstringência estrita entre o caso contrastado e o pedido de extensão, este último é descabido e deve ser indeferido.

Sob o ponto de vista legal, há, no julgamento paradigma, o que o Código de Processo Penal denomina de “*motivos de caráter exclusivamente pessoal*”, que nortearam a concessão da ordem e, por essa condição particular, não guarnecem o pedido versado no art. 580 do citado diploma processual.

Tampouco se verifica a condição de *corrêus*, conforme o requisito normativo.

A Ação Penal n. 5046512-94.2016.4.04.7000/PR (Caso “Triplex do Guarujá”), objeto da impetração originária, dispunha de oito acusados, entre os quais não figurou José Dirceu de Oliveira e Silva. Foram denunciados por corrupção e lavagem de capital, na ocasião, Luiz Inácio Lula da Silva, Roberto Moreira Ferreira, Fabio Hori Yonamine, Marisa Letícia Lula da Silva, Paulo Tarciso Okamoto, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, Jose Adelmario Pinheiro Filho e Paulo Roberto Valente Gordilho. A hipótese acusatória, segundo sumariado pelo próprio magistrado julgador, foi a seguinte:

Afirma, em síntese, a Acusação que o Grupo OAS concedeu ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o apartamento 164-A, *triplex*, no Condomínio Solaris, com endereço na Av. General Monteiro de Barros, 656, no Guarujá/SP, e ainda a reforma do apartamento, como vantagem indevida. (...). É que, segundo a Acusação, a concessão do apartamento ao ex-Presidente teria ocorrido de maneira sub-reptícia, com a manutenção da titularidade formal do bem com o Grupo OAS, também com o objetivo de ocultar e dissimular o ilícito (fl. 542).

Por outro lado, nos processos movidos em desfavor do peticionante José Dirceu de Oliveira e Silva, integraram com ele o polo passivo da relação processual, na Ação Penal n. 5045241-84.2015.4.04.7000, Roberto Marques, Renato de Souza Duque, Pedro Jose Barusco Filho, Olavo Hourneaux de Moura Filho, Milton Pascowitch, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, Julio Gerin de Almeida Camargo, Julio Cesar dos Santos, José Antunes Sobrinho, Jose Adolfo Pascowitch, João Vaccari Neto, Gerson de Mello Almada, Daniela Leopoldo e Silva Facchini, Cristiano Kok, Camila Ramos de Oliveira e Silva e Fernando Antonio Guimarães Hourneaux de Moura, e na Ação Penal n. 5030883-80.2016.4.04.7000/PR, Carlos Eduardo de Sá Baptista, Eduardo Aparecido de Meira, Flávio Henrique de Oliveira Macedo, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e Renato de Souza Duque.

Ambos os processos criminais alusivos a José Dirceu de Oliveira e Silva trataram, quanto ao peticionante, dos delitos de

corrupção, lavagem de capital e pertencimento a organização criminosa.

Na Ação Penal n. 5045241-84.2015.4.04.7000,

o cerne consiste na transferência de valores vultosos pela Engevix Engenharia, através de seus executivos, para Milton Pascowitch que, por sua vez, repassava propina para agentes da Diretoria de Engenharia e Serviços da Petrobras e para o grupo político dirigido por José Dirceu de Oliveira e Silva. Os valores, produto ainda de crimes de formação de cartel e de fraude à licitação, teriam sido lavados por este estratagema. Os acusados teriam praticado os crimes em associação criminosa, caracterizada pelo MPF como organização criminosa (fl. 1224).

A seu turno, a Ação Penal n. 5030883-80.2016.4.04.7000 compreendeu

a empresa Apolo Tubulars, fornecedora de tubos para a Petrobras, [que] por decisão de seus dirigentes, os acusados Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e Carlos Eduardo de Sá Baptista, teria pago, entre 2009 a 2012, vantagem indevida, propinas, de cerca de R\$ 7.147.425,70 ao Diretor de Serviços e de Engenharia da Petrobras, Renato de Souza Duque e ao grupo político que o sustentava, esse dirigido por José Dirceu de Oliveira e Silva" (fl. 1.497).

Mesmo as duas ações penais posteriormente encerradas no interesse do paciente originário, conforme decidido nos autos do *Habeas Corpus* n. 164.493/PR, não dialogam com os feitos do agora peticionante.

A Ação Penal n. 5021365-32.2017.4.04.7000 (Caso “Sítio de Atibaia”) foi proposta contra Luiz Inácio Lula da Silva, Emilio Alves Odebrecht, Paulo Roberto Valente Gordilho, Rogerio Aurelio Pimentel, Alexandrino de Salles Ramos de Alencar, Jose Adelmario Pinheiro Filho, Carlos Armando Guedes Paschoal, Marcelo Bahia Odebrecht, Emyr Diniz Costa Junior, Roberto Teixeira, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, Fernando Bittar e Jose Carlos Costa Marques Bumlai, com imputação de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Nela,

aleg[ou] o MPF que, como parte de acertos de propinas destinadas a sua agremiação política em contratos da Petrobras, o Grupo Odebrecht e o Grupo OAS teriam pago vantagem indevida ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva consubstanciada em reformas no Sítio de Atibaia por ele utilizado (fl. 711).

Eis a síntese fática do Processo-Crime n. 5063130-17.2016.4.04.7000 (Caso “Imóveis do Instituto Lula”), também concernente a delitos de corrupção e de lavagem:

Com o objetivo de recompensar ilicitamente LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA pelo funcionamento e pela manutenção da sistemática de corrupção no âmbito da Petrobras, MARCELO ODEBRECHT determinou que a quantia de R\$ 12.422.000,00 fosse destinada à aquisição de um imóvel onde LULA pretendia fazer a instalação de espaço institucional seu (fl. 425).

Inviável, enfim, cogitar-se a necessária condição de corrêus.

A petição sob análise, em conclusão, não dispõe de documentação pré-constituída, senão de alegações, cujo foro legítimo

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET N. 12.229/DF

de discussão, consoante arrazoadado na presente manifestação, não pode ser a Suprema Corte, neste juízo sumário e inaugural de pedido de extensão.

Não tem sido outro o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu a improcedência de pedidos de extensão relativos às questões de ordem estritamente pessoal que aproveitaram ao jurisdicionado Luiz Inácio Lula da Silva³.

O parecer é pelo indeferimento do pleito.

Brasília, 5 de abril de 2024.

Paulo Gonet Branco
Procurador-Geral da República

3 O deferimento de pedidos de extensão decorre, substancialmente, do disposto no art. 580 do Código de Processo Penal, sendo necessário, primeiro, que tenha havido concurso de agentes e, depois, que a eventual extensão da decisão que beneficia um dos réus não seja fundada em motivos de caráter exclusivamente pessoal. Assim tem entendido a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em casos análogos nestes mesmos autos (Reclamação n. 43.007/PR-Extn-DécimaQuinta-AgR, rel. o Ministro Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe 25.1.2022).

942444760